

COMBATE AO DESVIO DE FUNÇÃO NA ENFERMAGEM VIA INSTRUMENTOS NORMATIVOS E JUDICIAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mário Estevam Barbosa¹; Waldelourdes De Melo Souto Maior Vieira².

DOI: 10.47094/IIICOLUBRASMU.2026/RS/5

RESUMO

Introdução: O desvio de função na enfermagem compromete a segurança da assistência e atua como estressor psicossocial. O conhecimento da Lei do Exercício Profissional e do Código de Ética é indispensável para que o trabalhador identifique abusos, recuse ordens ilegais e busque amparo institucional. **Objetivo:** Relatar a experiência de um auxiliar de enfermagem no enfrentamento ao desvio de função crônico em hospital federal. **Metodologia:** Relato de experiência de servidor concursado lotado no setor de transporte de um Hospital de Clínicas. A vivência aborda irregularidades na rotina laboral, a omissão da gestão e as ações institucionais, fiscalizatórias e jurídicas adotadas. **Resultados:** O profissional foi obrigado, em muitas ocasiões, apenas com o condutor de ambulância, a realizar transporte inter-hospitalar de pacientes com estado geral comprometido e gestantes em trabalho de parto, além de conduzir insumos biológicos concomitantemente, em desacordo com a Portaria MS nº 2.048/2002. A sobrecarga e o risco legal geraram insônia, angústia e desgaste mental. As irregularidades foram comunicadas à chefia imediata, à divisão de enfermagem e à superintendência hospitalar. Contudo, em vez de corrigir os desvios, a gestão foi conivente e elaborou, ao longo de cinco anos, dois protocolos institucionais que formalizavam e obrigavam o cumprimento dessas tarefas ilegais. Diante da inércia interna, o trabalhador acionou a ouvidoria e a fiscalização do Coren (Conselho Regional de Enfermagem), solicitando pareceres técnicos sobre os documentos. A comissão do conselho de classe reprovou ambos os protocolos e proibiu o transporte de materiais biológicos nas ambulâncias. Munido dessas provas e diante da recusa institucional de adequação, o profissional ingressou com ação judicial trabalhista. A universidade federal foi condenada a indenizar os servidores afetados, o que forçou a reestruturação e a legalidade das atividades no setor. **Conclusão:** A recusa firme frente às imposições ilegais transformou um cenário de iminente adoecimento físico e mental em compromisso ativo pela defesa de direitos. O empoderamento jurídico e o apoio institucional mostraram-se ferramentas eficazes para superar o sofrimento ético. Este relato incentiva a categoria a lutar pela dignidade, pela legalidade e pela preservação da saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde ocupacional. Condições de trabalho. Ética profissional.